

Resenha | Book Review | Reseña

Interculturalidade como resistência: caminhos éticos frente ao neoliberalismo

Interculturality as a Form of Resistance: Ethical Approaches to Neoliberalism

Interculturalidad como forma de resistencia: caminos éticos frente al neoliberalismo

Thais Fernandes do Amaral*

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
Manaus, AM, Brasil
E-mail: thais77fa@hotmail.com.br
Orcid: 0000-0002-4541-1861

Como citar:

Amaral, T. F. (2026). Interculturalidade como resistência: caminhos éticos frente ao neoliberalismo [Resenha do livro *Exponer al peligro o conjurar la crisis: Desafíos ético-políticos ante el neoliberalismo en América Latina*, de Blase, S. R., & Salas Astrain, R.]. *Horizonte*, 24(1), e24(01)r01. [https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2026.e24\(01\)r01](https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2026.e24(01)r01)

Em 2024, pela Universidade Nacional Autónoma de México, com autoria de Sofía Reding Blase e Ricardo Salas Astrain, foi publicado o livro *Exponer al peligro o conjurar la crisis: desafíos ético-políticos ante el neoliberalismo en América Latina*. Essa obra reflexiva e contemporânea propõe, distribuída em sua introdução e ao longo de seus oito capítulos, uma análise crítica, com proposta da interculturalidade, sobre os dilemas éticos e políticos enfrentados pelos sujeitos da América Latina, no contexto do neoliberalismo contemporâneo, no quadro de um ideal utópico de globalização. Os

* Mestrado e doutorado em curso em Ciências da Religião no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

autores versam suas análises partindo da premissa de que esse modelo econômico não apenas reorganiza estruturas produtivas sociais, mas também impacta a vivência subjetiva e política dos sujeitos.

No texto introdutório da obra, os autores destacam o caráter contraditório da globalização que, ao passo em que prometia estabilidade e paz às estruturas sociais, revelou-se frágil diante da persistência da violência e do fortalecimento de estruturas militares. O financiamento desses arsenais é arcado, como descrito, com dinheiro retirado dos cofres públicos, que poderiam ir para outros serviços considerados menos importantes, sendo esses geralmente saúde e educação. Esse financiamento não ocorre apenas por meio de dinheiro público, mas também conta com a participação de empresas e grandes corporações privadas. Configura-se uma ameaça de autodestruição da humanidade diante do avanço tecnológico dissociado de princípios éticos e morais. O ponto central dessa introdução é a crítica tecida pelos autores ao poder crescente das grandes corporações e sua ânsia de privatizar qualquer setor que lhes ofereça algum retorno econômico, uma temática bem atual. Os autores argumentam que esse fenômeno evidencia uma nova forma de organização do poder global, na qual interesses econômicos se sobrepõem à vida humana e planetária. Essa crítica se estende também à atuação de indústrias farmacêuticas durante a pandemia de covid-19. Sofia Reding Blase e Ricardo Salas Astrain questionam ainda, de maneira firme, a motivação de relegar a intervencionistas e impérios autoproclamados o papel de pensar a sustentabilidade, haja vista que são eles, muitas vezes, os responsáveis pela destruição. No chamado *capitalismo verde*, até mesmo essa sustentabilidade se converte em produtos que podem ser vendidos. Nesse cenário, ambientalistas, povos originários e seus líderes acabam por serem assassinados para que grandes corporações possam continuar a destruir por debaixo de um discurso salvacionista. Não há uma consciência simbiótica entre ser humano e planeta.

Partindo para o primeiro capítulo, intitulado *Primum Non Nocere*, os autores iniciam a reflexão trazendo à tona a questão de que catástrofes não podem ser compreendidas apenas como fenômenos naturais. São eventos que fazem emergir desigualdades sociais, políticas e econômicas cujas consequências extrapolam as questões financeiras e demonstram impactos na saúde física e mental das populações afetadas. Os autores apontam para o fato de que o agravamento dessas situações está diretamente relacionado à fragilidade, ou mesmo omissão, dos sistemas públicos, especialmente nos países da América Latina. Retornando à questão da pandemia da covid-19, destacam de maneira clara o impacto da crise sanitária, evidenciado pelo alto número de mortes e contágios, ao mesmo tempo, em que criticam a subnotificação e a precariedade dos sistemas de saúde. Além disso, apontam falhas na gestão da crise, como

a má divulgação de informações científicas e a disseminação de práticas perigosas. Ao denunciar as desigualdades estruturais e o poder das corporações, defendem uma ética baseada no respeito à vida, na prevenção de danos e na valorização da diversidade cultural.

O segundo capítulo versa sobre a reflexão do objetivo e da estrutura do Consentimento Informado (CI) de voluntários na prática médica e farmacêutica. Esse documento, como aponta o texto, deve ser mais do que um simples documento a ser assinado, com informações genéricas que não assegurem direitos básicos. O texto defende que o CI deve ser entendido como um processo ético fundamental, vinculado à autonomia, à dignidade humana e à justiça social. Os autores apontam para a problemática de reduzir o CI a um formulário. Tal fato seria esvaziar seu significado e função. Consentir, nesse contexto, implica necessariamente que o sujeito esteja plenamente ciente sobre todos os procedimentos que serão realizados, o que exige transparência, clareza e respeito. Nesse sentido, o texto denuncia que, na prática, há frequentes falhas nesse processo, como omissão de informações, manipulação e fragilidade na fiscalização, geralmente em contextos envolvendo interesses privados de empresas. Outro ponto de destaque nesse capítulo é a contextualização historicamente situada do CI a partir do Código de Nuremberg, elaborado após as barbáries médicas cometidas no período do nazismo. Esse marco evidencia que o consentimento do voluntário não é apenas um procedimento técnico, mas uma conquista ética da humanidade. O capítulo faz emergir a compreensão de que o CI é um processo contínuo, baseado no diálogo, na confiança e no reconhecimento da vulnerabilidade humana. Esse documento deve garantir não apenas a liberdade de decisão, mas também a proteção contra abusos, contribuindo para uma prática científica mais ética e humanizada.

Os escritos do terceiro capítulo analisam o direito à Consulta Prévia (CP) como um meio necessário para a proteção dos povos originários diante de projetos e intervenções estatais e empresariais. O texto faz emergir que, apesar de existirem normas internacionais, exemplificando com o Convênio 169 da OIT, muitos estados falham em garantir esses direitos, priorizando interesses financeiros em detrimento dos povos originários. Os autores explicitam que a CP é um direito coletivo baseado na participação e na autodeterminação dos povos originários, em contraponto, a CI implica em uma autodeterminação pessoal. Para que a CP seja legítima, de acordo com os autores, deve ser livre, prévia, informada e culturalmente adequada. No entanto, na prática, esses critérios geralmente não são respeitados. Em muitos casos, a consulta é reduzida a um procedimento formal ou manipulada por interesses econômicos, o que compromete sua validade. O ponto de destaque deste capítulo é quando os autores tratam a questão da

interculturalidade, que é um ideal de convivência entre os diversos grupos, que implica o acordo, o consenso, mas também o dissenso. A partir desse ideal seria possível construir uma democracia onde há a convivência pacífica entre diversos grupos. A crítica estruturada ao modelo neoliberal de desenvolvimento, que trata territórios dos povos originários como recursos econômicos e ignora seus significados culturais, espirituais e sociais também se faz presente nesse capítulo.

No quarto capítulo dessa obra, os autores têm como intuito apresentar e analisar de forma crítica os impactos dos megaprojetos florestais e hidrelétricos na América Latina, com recorte no Chile. Tal fato evidencia como o modelo econômico neoliberal apresenta um caráter conflitivo com a tradição dos povos originários. O texto faz emergir a ideia de que esses projetos, geralmente apresentados como símbolos de um modelo de desenvolvimento técnico-instrumental na prática, reproduzem lógicas coloniais de exploração territorial e genocídio cultural. A partir da leitura desse capítulo, pode-se pensar em uma dicotomia entre *bem-viver*, filosofia dos povos originários que diz respeito a sua simbiose com o meio ambiente *versus* a ação predatória das multinacionais. Há, de maneira incisiva, uma crítica por parte dos autores relativa à colonialidade, tratando o conceito a partir de Aníbal Quijano e Josef Estermann. Trazendo como provocação a questão: “é possível conciliar as diferentes racionalidades econômica, política, jurídica ao interior das culturas indígenas?”, os autores afirmam que o desenvolvimento promovido por grandes empresas e pelo estado é unilateral. E é assim caracterizado, pois desconsidera o valor cultural e espiritual dos territórios para os povos originários, relegando-os apenas a fonte de recursos a serem explorados. Essa lógica perpetua os aspectos da colonialidade. Ainda neste capítulo os autores ampliam sua crítica ao extrativismo e à expansão do capitalismo global, que intensificam conflitos e violências socioambientais. No recorte das plantações florestais, por exemplo, há críticas à monocultura em larga escala, que gera degradação ambiental e impactos negativos sobre a biodiversidade. Os autores apontam para o fato de que mesmo iniciativas como o manejo florestal sustentável e sistemas de certificação internacional são insuficientes, pois não resolvem as desigualdades estruturais nem os conflitos existentes. O capítulo propõe, por fim, uma reflexão a partir da interculturalidade, fazendo emergir o conflito entre duas racionalidades: a lógica ocidental, baseada na exploração e no lucro, e a percepção dos povos originários, que compreende a natureza como parte essencial da vida e da espiritualidade.

O capítulo cinco propõe uma importante reflexão acerca da necessidade de se repensar a concepção de justiça a partir dos contextos históricos, culturais e políticos da América Latina. Os autores tecem uma crítica ao modelo universalista de justiça, que se encontra estruturado em uma matriz europeia. Essa forma de concepção faz com que

sejam ignoradas as desigualdades estruturais e as experiências concretas de injustiça vividas por povos originários e comunidades marginalizadas. Nesse contexto, os autores apresentam noções de sabedoria ancestral (*mapun kimün*) e do já citado *bem-viver* (*küme mongen*) que surgem como alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. Um ponto central desse capítulo é a crítica tecida ao etnocentrismo e à imposição de categorias ocidentais, como pobreza e progresso, que por vezes não correspondem às realidades locais. O texto mostra que essas noções podem ser apropriadas pelo estado e por grandes organizações para justificar projetos de desenvolvimento que, na prática, servem a uma lógica capitalista, ampliam mercados e aprofundam desigualdades. Dessa forma, os autores destacam a importância de um diálogo que privilegie a interculturalidade. A premissa de uma justiça entre saberes surge como alternativa à hegemonia ocidental colonizadora, defendendo que soluções para problemas sociais e ambientais devem incorporar perspectivas diversas, especialmente aquelas oriundas das comunidades afetadas.

O coração dessa obra está localizado no capítulo seis, onde Sofia Reding Blase e Ricardo Salas Astrain reafirmam a necessidade de um pensar que comporte a interculturalidade para seguir frente aos desafios da sustentabilidade planetária e da luta por direitos. Dessa forma, os autores propõem neste capítulo uma importante reflexão crítica sobre os limites do neoliberalismo e a necessidade de se construir uma filosofia jurídica, política e moral baseada na perspectiva da interculturalidade e que seja decolonial. Um destaque é a crítica ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico ilimitado. Os autores afirmam que esse ideal ignora as questões ecológicas do planeta, contribuindo assim para a crise ambiental. Nesse sentido, defendem a necessidade de se ter uma ética da sustentabilidade, bem como a urgência em reconhecer a responsabilidade das grandes corporações nos impactos ambientais. Por fim, de maneira empírica, o capítulo analisa conflitos, como a luta do povo *mapuche* por seus territórios, evidenciando a existência de uma guerra de modelos de desenvolvimento entre a lógica predatória capitalista e os modos de vida dos povos originários. Esses conflitos fazem emergir profundas assimetrias de poder, nas quais estados e grandes empresas costumeiramente desconsideram direitos coletivos, memórias, tradição, cultura e formas próprias de organização social frente ao lucro mercadológico.

No sétimo capítulo, os autores propõem uma reflexão acerca dos impactos do neoliberalismo na América Latina, a partir de uma perspectiva filosófica crítica e contextualizada. Sofia Reding Blase e Ricardo Salas Astrain afirmam que o modelo neoliberal, mesclado à lógica cartesiana de progresso moderno e ao capitalismo global,

tem gerado fortes consequências sociais, políticas e ambientais. Tudo isso coloca em risco tanto a dignidade humana quanto a sustentabilidade do planeta. O neoliberalismo, nesse contexto, faz emergir uma lógica individualista que enfraquece a coletividade, bem como legitima a ideia verticalizada de que alguns grupos têm menos valor que outros. Isso contribui para a naturalização da exclusão social e para a perpetuação de estruturas de dominação. Há uma importante defesa do diálogo que preconize a interculturalidade, haja vista seu potencial de tornar os discursos mais entendíveis, favorecendo a articulação entre os sujeitos. O capítulo aponta ainda para a necessidade de se construir alternativas ao neoliberalismo. Logo, os autores realizam a defesa de uma filosofia política que caminhe junto à interculturalidade, que leve em conta a diversidade de contextos históricos, culturais e sociais da América Latina.

Por fim, em seu oitavo e último capítulo, Sofia Reding Blase e Ricardo Salas Astrain realizam uma síntese reflexiva das principais ideias trabalhadas ao longo de sua obra, fazendo emergir o caráter crítico do livro diante do neoliberalismo e de suas consequências globais. A obra destaca, de maneira crítica e profunda, a forma como o modelo civilizatório atual impõe uma visão única, verticalizada e excludente de progresso. Nesse contexto, os saberes populares, ancestrais e tradicionais, bem como as comunidades locais são frequentemente explorados ou apropriados por grandes corporações. Dessa forma, os autores defendem a construção de um novo paradigma civilizatório baseado no diálogo que envolva a interculturalidade, a ética e a justiça social. Esse paradigma busca superar as assimetrias históricas e promover relações mais horizontalizadas entre os seres humanos e a natureza, proporcionando uma simbiose entre ambos.

Esta obra pensada e escrita em conjunto entre um filósofo e uma antropóloga pretende despertar no leitor a força motriz da criticidade, do questionamento e da percepção de que somente através da interculturalidade se pode lançar-se rumo ao *bem-viver*.

Blase, S. R., & Salas Astrain, R. (2024). *Exponer al peligro o conjurar la crisis: Desafíos ético-políticos ante el neoliberalismo en América Latina*. Universidad Nacional Autónoma de México.

Apoio: *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*

Conflito de interesses: *A autora declara não haver conflito de interesses.*

Recebido em: *24-04-2026.*

Aprovado em: *22-05-2026.*

Editora de seção: *Giseli do Prado Siqueira*